

Segurança pública

Exército e PF unificam cadastro e endurecem controle de armas

Falta de ligação entre sistemas impedia Força de cassar registros de colecionadores, atiradores e caçadores na mira da Justiça

MARCELO GODOY

O comandante do Exército, general Tomás Miguel Miné Ribeiro de Paiva, tirou da gaveta mais uma medida que permaneceu quase dois anos esquecida pelos seus antecessores no cargo: a unificação dos cadastros de armas do Exército e da Polícia Federal.

O general Tomás assinou portaria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, para

(Sigma), do Exército.

O Sinesp, do Ministério da Justiça, guarda dados da segurança pública no País, como o Banco Nacional de Boletins de Ocorrência. Ele é acessado pelas polícias estaduais e federais, que têm nele sua principal ferramenta para rastrear armas. Já o Sigma é o sistema que registra as armas de colecionadores, atiradores e caçadores (CACs), bem como as que pertencem aos militares.

A falta de ligação entre esses sistemas era o que impedia que o Exército se adiantasse e pudesse cassar registros de CACs com problemas com a Justiça ou que permitisse que pessoas acusadas de crimes pudessem ter o registro de CAC e até comprar fuzis e outras armas (além de transportá-las sem registro), como ocorreu com o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Jefferson usou um fuzil e granadas para atacar policiais federais que foram prendê-lo na véspera das eleições de 2022. Após a prisão do ex-deputado, o Exército abriu um processo administrativo para verificar por que as armas de Jefferson, que estava com o registro de CAC suspenso, estavam no Rio quando deviam ter sido guardadas no Distrito Federal.

Os chamados CACs foram usados durante o governo Jair Bolsonaro como meio de pro-



Comandante do Exército, general Tomás Paiva assinou portaria

pagar sua política armamentista. Por meio de decreto, o então presidente ampliou o acesso a armas de fogo potentes, a munições e ao porte, o que, segundo especialistas, facilitou a vida de facções criminosas. Estas passaram a usar laranjas para comprar fuzis no Brasil por meio de CACs por até um terço do preço pago na Bolívia ou no Paraguai, por exemplo.

Os decretos que facilitaram o acesso a armas – inclusive fuzis – foram suspensos no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Até então, um atirador podia comprar 30 armas com esse registro, sendo 15 fuzis de uso restrito e seis mil munições por ano.

SIMPLIFICAÇÃO. Com a portaria, o general Tomás e o secretário Francisco Tadeu Barbosa de Alencar pretendem simplificar a oferta de serviços públicos, além de permitir um monitoramento da nova política de armas do governo. Com a união entre os cadastros, será possível à fiscalização da PF e

do Exército apurar a situação de cada CAC, das armas que mantêm registradas e dos antecedentes criminais em todo o País de pessoas que buscam comprar armas.

Todos os acessos no novo sistema serão monitorados. Os agentes federais poderão fazer buscas a partir do cadastro do CAC, pela numeração da arma, CNPJ, CPF, pelo nome da pessoa física e pelos dados do Banco Nacional de Boletins de Ocorrência por meio do Sinesp, bem como número de registro da ocorrência. Publicada no dia 10, a nova portaria entrará em vigor em 1.º de maio.

INVISÍVEL. Para o gerente do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani, a nova portaria vai facilitar o combate às milícias e às facções criminosas. “Porque este armamento registrado no Exército, na prática, está invisível para investigações da polícia. Só se rastreava se os delegados tivessem disposição de enviar ofício ou e-mail e aguardar semanas. Além do atraso, a falta de consulta direta também atrapalha o sigilo de investigações”, afirmou.

Conforme dados do instituto, com a facilitação à compra e posse de armas no governo Bolsonaro, o número de armas registradas no Sigma chegou a quase 2 milhões em 2022.

“Esse é o primeiro passo – importantíssimo – para a gente ter noção do que está acontecendo no mercado de arma de fogo no Brasil, pois as brechas acontecem pelas falhas no processo de registro de CACs”, disse Roberto Uchôa, que é policial federal, pesquisador e conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ●

Vigor

Publicada no dia 10 de abril, nova portaria vai entrar em vigor em 1º de maio

o compartilhamento de dados entre o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas

Agência

Após abolir exigência de inglês, Viana nomeia aliados na Apex

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

O presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), Jorge Viana, empregou um mochileiro, um cantor e um arquiteto para cuidar da divulgação de produtos brasileiros no exterior. Em comum, todos esses novos empregados na agência são do grupo político do ex-senador petista no Acre e não têm experiência na área de comércio internacional. O salário é de R\$ 17.810. A assessoria da Apex disse que todos preenchem os requisitos exigidos para os cargos.

Como assessor da Diretoria de Negócios, Viana escolheu um arquiteto e urbanista. Mad-

son Willander Melo de Sá é dono de uma empresa no setor de construção, a Marb Arquitetura e Engenharia, aberta há um ano. Antes disso, trabalhou como gerente na Gestar Engenharia, Inovação em Gestão e Consultores Associados, empresa de Viana. Nas redes sociais, ele se apresenta como “militante de esquerda” e não informa nenhuma relação com comércio exterior.

Para assessorar a presidência da Apex, o ex-senador contratou Antonio Siqueira e Silva Neto, que é “advogado, engenheiro florestal e mochileiro”, segundo informações de suas redes sociais. Neto foi sócio de Viana na Gestar Engenharia. Os dois abriram juntos a companhia, com sede em Brasília, em abril de 2019. Ele saiu da

sociedade no início deste ano.

Na eleição passada, Neto trabalhou na campanha de Viana ao governo do Acre – o petista foi derrotado – e o assessorou no Senado entre 2011 e 2019, com salário de R\$ 6.456,67. O advogado atuava na função de auxiliar parlamentar.

Currículo

A assessoria da Apex afirmou que os indicados preenchem os requisitos exigidos para os cargos

Viana também colocou para assessorá-lo no comando da Apex um “cantor, compositor, jornalista e publicitário”. É como Aarão Prado Bayma se apresenta nas redes sociais. Bayma

informa na internet que é editor do Acre da Hora, um site que publica notícias favoráveis a Viana. O cantor foi assessor do petista no Senado, entre 2011 a 2019. Na época, recebia salário de R\$ 16.466,81.

Na Apex, os três assessores têm como responsabilidades assessorar a diretoria executiva na comunicação e na implementação de mudanças estratégicas, monitorar convênios, contratos e licitações e articular a elaboração de documentos para órgãos externos.

O Plano de Cargos, Carreira e Salários da Apex estabelece como pré-requisito para o cargo de assessor pós-graduação completa ou graduação com experiência de pelo menos três anos nas áreas de atuação da agência. O salário varia de R\$ 17.810,69 a R\$ 27.557,85, de acordo com o nível da função. Também é possível ser assessor-1, o que os dispensaria de comprovar atuação na área.

EXIGÊNCIA. Documentos internos obtidos pelo Estadão mostram que os três estão contra-

tados em vagas de assessor-2, o que exige a experiência de três anos na área ou pós-graduação. Procurada, a assessoria da Apex afirmou que “todos eles atendem aos requisitos previstos no plano de cargos”. O órgão não quis especificar qual o nível de assessor, se são nível-1, única forma de serem dispensados do requisito. A agência se limitou a dizer que “está tudo legal”.

ESTATUTO. Na sexta-feira passada, o Estadão revelou que Viana, que não domina a língua inglesa, alterou o estatuto da Apex para poder ocupar o cargo de presidente. A seu pedido, foi eliminada a exigência de fluência no idioma para o alto escalão da agência. A mudança foi feita em 22 de março. Até então, Viana estava de forma irregular no cargo, recebendo salário de R\$ 65,5 mil.

Em nota sobre a não fluência em inglês do ex-senador, a assessoria da Apex disse que Viana “engrandece a agência pela sua capacidade de diálogo e interlocução”. ●

O BRASIL NÃO PODE ERRAR NA REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária é fundamental para viabilizar um crescimento econômico mais sólido, a partir de um melhor ambiente de negócios e maior segurança jurídica, capaz de gerar mais emprego e renda para os brasileiros.

Na qualidade de Confederações de setores produtivos que empregam 41,7 milhões de trabalhadores e representam quase 60% da economia nacional, compete-nos alertar que as propostas em discussão no Congresso Nacional (PEC 45/2019 e PEC 110/2019) necessitam de ajustes para evitar impactos perversos e riscos à sociedade brasileira.

Não faz sentido reduzir a carga sobre bens nacionais e importados para aumentar sobre os alimentos e serviços, que geram tanta riqueza e empregos em todo o país.

Diante disso, é preciso adotar diferentes alíquotas nos novos tributos que se aproximem das realidades atuais de carga incidentes sobre os respectivos setores, bem como considerar as particularidades dos seus diferentes sistemas de produção. Isso sim garantiria um crescimento econômico sustentável e distribuído.

Se prevalecer a ideia de alíquota única para bens e serviços, haverá um pesado aumento de impostos sobre setores estratégicos no Brasil.

A reforma acarretará elevação geral nos preços dos alimentos (mais 22% sobre a cesta básica), dos transportes, da habitação, da mensalidade escolar, da saúde (mais 38% sobre medicamentos e 22% sobre planos de saúde), do advogado, do turismo, da ginástica, do lazer, da segurança e de diversos outros serviços.

Considerando que a população nacional está concentrada nas classes C, D e E, se a carga tributária de impostos sobre o consumo subir para 25% ou mais, os brasileiros teriam menos acesso aos serviços e alimentos. Haveria um forte aumento da informalidade. A Reforma Tributária destruiria parte importante do setor produtivo existente.

O emprego sofreria fortes reflexos negativos. Setores de serviços são os mais intensivos em mão de obra e estão espalhados por cada cidade do Brasil, além de ter maior participação feminina e empregar mais a população de baixa renda.

Os setores econômicos signatários deste manifesto têm plena convicção de que o Brasil não pode errar na Reforma Tributária e, por isso, defendem que as propostas não podem onerar e prejudicar os diferentes setores econômicos e a população brasileira. É possível e necessário buscar consensos para avanços verdadeiros.